

Preâmbulo

A Lei de Bases do Sistema Educativo (lei nº 46/86, de 14 de Outubro, com a redação que lhe foi dada pela lei nº 115/97, de 19 de Setembro) e de acordo com as alterações introduzidas pela Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto prevê, nos seus princípios organizativos (alínea g do nº 1 do artigo 3º) que o sistema educativo se organize de forma a *“descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”*

O decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, retificado pela declaração de Retificação nº 13/2003, de 30 de Setembro e alterado pela Lei nº 6/2012, de 10 de Fevereiro e decreto-Lei nº 72/2015, de 11 de março, regulamenta as competências, composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação e o processo de elaboração e aprovação da carta educativa e os seus efeitos, transferindo competências para as autarquias locais.

O Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Artigo 1º

Objeto

O presente Regimento estabelece as competências, composição e regras de funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António.

Artigo 2º

Competências

1. Constituem competências do Conselho Municipal de Educação:
 - a) Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego;
 - b) Acompanhamento do processo de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do concelho, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal;
 - c) Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos nos artigos 47º e seguintes do Decreto-Lei nº 115 – A/98, de 4 de Maio;
 - d) Apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município e da respetiva articulação com o plano estratégico educativo municipal
 - e) Adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação;
 - f) Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de atividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania;

- g) Programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos;
 - h) Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar.
 - i) Participação no processo de elaboração e de atualização do Plano Estratégico Educativo Municipal
2. Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.
3. Para o exercício das competências do Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António devem os seus membros disponibilizar a informação de que disponham relativa aos assuntos a tratar, cabendo, ainda, ao representante do Ministério da Educação apresentar, em cada reunião, um relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo, designadamente sobre os aspetos referidos no número anterior.

Artigo 3º

Composição

1. O Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António integra as seguintes estruturas:
- a) O Presidente da Câmara Municipal, que preside;
 - b) O Presidente da Assembleia Municipal;
 - c) O Vereador responsável pelo Pelouro da Educação, que assegura a substituição do Presidente nas suas ausências ou impedimentos;
 - d) O Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho;

- e) O Delegado Regional de Educação da Direção de Serviços da Região do Algarve ou quem este designar em sua substituição;
 - f) Os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Vila Real de Santo António.
2. Integram ainda o Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António os seguintes representantes:
- a) Um representante do pessoal docente do ensino secundário público;
 - b) Um representante do pessoal docente do ensino básico público;
 - c) Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;
 - d) Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação;
 - e) Um representante das associações de estudantes;
 - f) Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação;
 - g) Um representante dos serviços públicos de saúde;
 - h) Um representante dos serviços da segurança social;
 - i) Um representante dos serviços de emprego e formação profissional;
 - j) Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto;
 - l) Dois representantes das forças de segurança;
 - m) Um representante do Conselho Municipal da Juventude
3. De acordo com a especificidade das matérias a discutir no Conselho Municipal de Educação, pode este deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise.

Artigo 4º

Presidência

1. O Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António é presidido pela Presidente da Câmara Municipal.

2. Compete à Presidente:

- a) Convocar as reuniões nos termos do artigo 18º deste Regimento;
- b) Abrir e encerrar as reuniões;
- c) Dirigir os respetivos trabalhos, podendo, ainda, suspendê-los ou encerrá-los antecipadamente, quando circunstâncias excecionais o justificarem;
- d) Assegurar a execução das deliberações do Conselho Municipal de Educação;
- e) Assegurar o envio das avaliações, propostas e recomendações emitidas pelo Conselho Municipal de Educação para os serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem;
- f) Proceder à marcação de faltas;
- g) Proceder às substituições de representantes, nos termos do artigo 10º deste Regimento;
- h) Assegurar a elaboração das atas.

3. A Presidente é substituída nas suas ausências ou impedimentos pela Vereadora responsável pelo Pelouro da Educação.

4. O apoio administrativo à Presidente e ao Conselho Municipal de Educação é prestado por um funcionário da Câmara Municipal.

Artigo 5º

Tomada de posse e duração do mandato dos membros

Os membros do Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico e tomam posse, em plenário, perante a Presidente do Conselho.

Artigo 6º

Suspensão do mandato

1. A suspensão do mandato pode ser requerida por motivo relevante, entre outros:

- a) Doença comprovada

- b) Exercício de funções profissionais que impliquem afastamento temporário
- 2. Compete ao plenário do Conselho Municipal de Educação o deferimento do pedido de suspensão.
- 3. A suspensão de mandato, referido no ponto 1, não poderá exceder dois períodos letivos.
- 4. Ultrapassado o prazo referido no ponto 3, verifica-se renúncia tácita pelo que, próximo do limite temporal desta, deverá ser chamada a atenção do membro.
- 5. A substituição do membro suspenso é feita nos termos do artigo 10º deste Regimento.

Artigo 7º

Cessação de suspensão de mandato

- 1. A suspensão do mandato cessa:
 - a) Findo o prazo de suspensão;
 - b) Pelo regresso antecipado do membro suspenso.
- 2. A cessação da suspensão do mandato só produz efeitos depois de comunicado por escrito à Presidente do Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António.
- 3. Quando o membro do Conselho Municipal de Educação retomar o exercício do mandato, cessam automaticamente os poderes do seu substituto.

Artigo 8º

Renúncia de mandato

- 1. Os membros do Conselho Municipal de Educação podem, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, mediante declaração escrita ao Presidente do Conselho Municipal de Educação.

2. A renúncia verifica-se, ainda, no caso previsto no nº4 do artigo 6º deste Regimento.
3. A renúncia torna-se efetiva desde a data da entrega da declaração prevista no número 1, devendo o Presidente do Conselho Municipal de Educação comunicá-lo ao respetivo plenário.
4. A substituição do renunciante é feita nos termos do artigo 10º deste Regimento.

Artigo 9º

Perda de mandato

1. Implica perda de mandato:
 - a. A perda da qualidade que permitiu a designação;
 - b. A falta a duas reuniões seguidas ou três interpoladas não justificadas.

Artigo 10º

Substituição

1. Os impedimentos de qualquer representante que conduza à suspensão de funções ou vacatura do lugar determinam a sua substituição.
2. Para efeito do número anterior, deverão ser designados, num prazo de 30 dias, pelas entidades respetivas, novos representantes e comunicados por escrito ao Presidente do Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António.

Artigo 11º

Faltas

1. As faltas às reuniões devem ser justificadas pela entidade do representante, mediante comunicação escrita dirigida à Presidente do Conselho Municipal de Educação, até 8 dias após a reunião do Conselho e este poderá indicar, por escrito, o nome do representante que o substituirá.

2. As faltas não justificadas serão comunicadas à entidade à qual pertence o representante.
3. Após a segunda falta consecutiva ou terceira interpolada não justificadas, proceder-se-á à suspensão do representante da entidade em causa, procedendo-se à sua substituição de acordo com os nos 1 e 2 do artigo 10º deste Regimento.

Artigo 12º

Deveres dos membros do Conselho Municipal de Educação

1. Constituem deveres dos membros do Conselho Municipal de Educação:
 - a) Comparecer e permanecer nas sessões do Conselho Municipal de Educação durante o período dos trabalhos de cada reunião;
 - b) Solicitar à Presidência sempre que, por motivo de força maior, necessitem de se retirar no decurso das reuniões;
 - c) Desempenhar os cargos e as funções para que sejam eleitos ou designados e a que se não haja oportunamente escusado;
 - d) Participar nas discussões e votações se, por Lei, de tal não estiverem impedidos;
 - e) Contribuir, com a sua diligência, para a eficácia e o prestígio dos trabalhos do Conselho Municipal de Educação.

Artigo 13º

Direitos dos membros do Conselho Municipal de Educação

1. Para o regular exercício do mandato, constituem direitos dos membros do Conselho Municipal de Educação, além dos conferidos pela Lei:
 - a) Usar da palavra nos termos do Regimento;
 - b) Desempenhar funções específicas no Conselho Municipal de Educação;
 - c) Apresentar pareceres, propostas e recomendações;
 - d) Propor, por escrito, alterações ao Regimento;
 - e) Propor a constituição de comissões;

- f) Solicitar, por escrito, as informações e esclarecimentos que entendam necessários;
- g) Receber cópia das atas do Conselho Municipal de Educação quando o solicitarem;
- h) Ter acesso a todo o expediente do Conselho Municipal de Educação.

Artigo 14º

Direitos e deveres dos participantes no Conselho Municipal de Educação

Os participantes têm os mesmos deveres e direitos dos membros, exceto no que diz respeito ao voto.

Artigo 15º

Constituição de grupos de trabalho

1. Em razão das matérias a analisar ou dos projetos específicos a desenvolver, o Conselho Municipal de Educação pode deliberar a constituição interna de grupos de trabalho.
2. A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo Presidente ou por proposta de qualquer membro do Conselho Municipal de Educação.

Artigo 16º

Competências

Compete aos grupos de trabalho o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do Conselho Municipal de Educação, nomeadamente em razão das matérias a analisar ou dos projetos específicos a desenvolver.

Artigo 17º

Periodicidade e local das reuniões

1. O Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António reúne, ordinariamente, no início do ano letivo e no final de cada período escolar e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente ou a pedido de 2/3 dos seus membros.
2. As reuniões realizam-se no Salão Nobre dos Paços do Município ou, por decisão do Presidente, em qualquer outro local do território municipal.

Artigo 18º

Convocação das reuniões

1. As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de oito dias, constando da respetiva convocatória o dia e a hora em que esta se realizará e, caso haja alteração do local da reunião, a indicação do novo local.
2. As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação do Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de pelo menos de 2/3 dos seus membros, devendo, neste caso, o respetivo requerimento conter a indicação do(s) assunto(s) que deseja(m) ver tratado(s).
3. A convocatória para uma reunião extraordinária deve ser feita sempre com a antecedência mínima de 48 horas sobre a data da reunião.
4. Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.
5. Nas reuniões extraordinárias só haverá deliberação sobre assuntos previamente agendados e constantes da convocatória.

Artigo 19º

Reuniões e sessões

1. As reuniões do Conselho Municipal de Educação não devem exceder a duração de 3 horas.
2. Sempre que a “Ordem do Dia” não esteja concluída dentro do prazo referido no ponto anterior, deve a reunião ter continuidade numa nova sessão, conforme a assembleia maioritariamente deliberar:
 - a) Pela concessão de um período suplementar de 1 hora para que a “Ordem do Dia” seja cumprida;
 - b) Pela marcação da nova sessão.

Artigo 20º

Quórum de funcionamento

1. O Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António só pode funcionar quando estiverem presentes, pelo menos, metade dos seus membros.
2. Passados 30 minutos sem que haja quórum de funcionamento, a Presidente dará a reunião como encerrada, fixando, desde logo, dia, hora e local para nova reunião.

Artigo 21º

Faltas

Será marcada falta aos membros do Conselho Municipal de Educação que não compareçam após 30 minutos da hora marcada para o início da reunião.

Artigo 22º

Elaboração dos pareceres, propostas e recomendações

1. Pareceres, propostas e recomendações poderão ser apresentados por qualquer membro do Conselho Municipal de Educação.

2. Os projetos de parecer, propostas e recomendações deverão ser apresentados aos membros do Conselho Municipal de Educação, preferencialmente via correio eletrónico, com, pelo menos, cinco dias de antecedência da data agendada para o seu debate e aprovação.
3. Os membros do Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António devem participar obrigatoriamente nas discussões e votações que, de forma direta ou indireta, envolvam as estruturas que representam.

Artigo 23º

Deliberações

1. As deliberações que traduzam posições do Conselho com eficácia externa devem ser aprovadas por maioria absoluta dos seus membros.
2. As avaliações, propostas e recomendações do Conselho Municipal de Educação devem ser remetidas diretamente aos serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem.
3. Quando um parecer, proposta ou recomendação for aprovada com votos contra, os membros discordantes podem requerer que conste do respetivo parecer a sua declaração de voto.

Artigo 24º

Declaração e registo na ata do voto de vencido

1. Qualquer membro pode formular declaração de voto de vencido.
2. O membro pode fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
3. As declarações de voto deverão ser entregues, por escrito, ao Presidente do Conselho Municipal de Educação até ao final da respetiva reunião.
4. Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem registo da respetiva declaração de voto na ata ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.

Artigo 25º

Formas de Votação

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
 - a) Por escrutínio secreto sempre que se realizam eleições, estejam em causa juízos de valor sobre pessoas ou, ainda, quando a assembleia assim o deliberar;
 - b) Por votação nominal apenas quando requerido por qualquer dos membros e aceite expressamente pelo Conselho Municipal de Educação;
 - c) Por levantar o braço no ar, constituindo esta a forma usual de votar.

Artigo 26º

Voto

1. Cada membro tem direito a um voto.
2. Nenhum membro presente poderá deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.
3. Não é admitido o voto por procuração ou por correspondência.
4. O Presidente tem o voto de qualidade em caso de empate, salvo se a votação se tiver realizado por escrutínio secreto.

Artigo 27º

Atas das reuniões

1. De cada reunião será lavrada ata na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.
2. As atas são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião, sob a forma de minuta, ou no início da seguinte.

3. As atas serão elaboradas por um funcionário da Câmara Municipal e assinadas pela Presidente do Conselho Municipal de Educação.

Artigo 28º
Apoio logístico

Compete à Câmara Municipal dar o apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António.

Artigo 29º
Casos Omissos

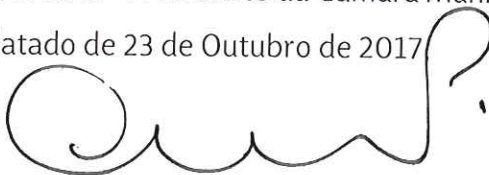
As omissões e as dúvidas que surjam na interpretação deste Regimento serão resolvidas por deliberação do Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António.

Artigo 30º
Entrada em vigor e publicação

O Regimento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação pelo Conselho Municipal de Educação de Vila Real de Santo António e dele é fornecido um exemplar a cada membro do referido Conselho.

Aprovado, pelo Conselho Municipal de Educação, a 15 de março de 2018.

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho da Srª Presidente da Câmara Municipal,
datado de 23 de Outubro de 2017



Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas